XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL I

FABIANO TEODORO DE REZENDE LARA

GUSTAVO ASSED FERREIRA

SUSANA CAMARGO VIEIRA

Copyright © 2015 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP
Secretário Executivo -Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR
Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches - UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)
Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias
Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC
Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU
Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC
Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC
Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM
Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA
Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladmir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direito, economia e desenvolvimento sustentável I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara;
coordenadores: Fabiano Teodoro de Rezende Lara, Gustavo Assed Ferreira, Susana Camargo Vieira – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-119-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Economia. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL I

Apresentação

Este Grupo de Trabalho, que em 12 de novembro de 2015 reuniu pesquisadores de todo o país para discutir Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, não poderia ter se reunido em ocasião mais simbólica. Uma semana antes, no dia 5 de novembro, acontecera a tragédia do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, que resultou em perda de vidas humanas, de histórias de vida, de cultura, de meios de subsistência, lares, dentre outros bens. E afetou populações, economia e meio ambiente de, até agora, dois estados da federação, além de (segundo muitos) assassinar o Rio Doce, riquíssimo em biodiversidade e muito importante para a economia dos estados de Minas gerais e do Espírito Santo. E foi lembrando isso que iniciamos nossos trabalhos.

Estávamos também a pouco mais de um mês da data em que o mundo se reuniria novamente, em Paris, para discutir (e pode ser nossa ultima chance) como lidar com o problema das mudanças climáticas, cujos efeitos vêm sendo sentidos por todos, em todos os continentes. Nesse sentido, lembramos aos participantes que, no campo jurídico, Comitês Internacionais da International Law Association (importantes por reunirem estudiosos do direito e das relações internacionais de todos os continentes e vertentes político-jurídicas) vêm publicando obras e relatórios importantes sobre dano ambiental, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social das empresas no contexto do desenvolvimento sustentável, e, mais recentemente, sobre a gestão e o uso de recursos naturais internacionais em/por Estados nacionais. Lembramos também de um projeto internacional (Earth System Governance) nascido em uma universidade (Universidade das Nações Unidas em Bonn) e que, hoje sob o guarda-chuva da Future Earth (que reúne as principais instituições nacionais e internacionais financiadoras de pesquisa sobre o assunto), vem discutindo experiências de governança, local e global, para prevenir/conviver/mitigar/adaptar planeta e sociedade na batalha contra os efeitos das mudanças climáticas. Há que sensibilizar para os problemas e engajar na busca de alternativas/soluções, jovens - cujo futuro está ameaçado... E isso exige uma mudança fundamental de mentalidade, para a qual o CONPEDI, com sua característica única de fazer conversar "todos os sotaques" dos diferentes estados e regiões brasileiros, está em posição de contribuir muito.

Foram 27 trabalhos selecionados em processo de avaliação cega, apresentados e discutidos em um clima de coleguismo e compartilhamento que não poderia ter sido mais agradável. Os

"sotaques" se ouviram, valorizaram, respeitaram e foram respeitados e valorizados. Foi certamente um longo dia, ao final do qual estávamos, todos (e ainda éramos muitos!), exaustos mas felizes. Saímos de lá, todos, com novas ideias e perspectivas. Convivemos com a diversidade, e dela aprendemos. Esperamos que este livro - resultado de tantos esforços - possa contribuir como se espera; que seja lido, replicado e as experiências multiplicadas. Agradecemos, a todos os que apresentaram trabalhos mas também a tantos que lá estiveram apenas para ouví-los, a presença, a atenção, o interesse. E esperamos vê-los em Brasília em seis meses!

PROBLEMAS DA ABORDAGEM DA VARIEDADES DE CAPITALISMO NAS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA

PROBLEMS OF THE VARIETIES OF CAPITALISM APPROACH IN LATIN AMERICAN ECONOMIES

Caio D'Amore Mello

Resumo

A abordagem da Variedades de Capitalismo (VoC) tem se mostrado uma poderosa e influente lente de análise da literatura mais antiga do capitalismo comparativo. Inicialmente concebida para aplicação imediata em economias capitalistas desenvolvidas do Norte, tem sido manejada para explicar aspectos econômicos e institucionais em contextos diversos. O presente trabalho traz como questão a adequação e suficiência dessa abordagem para compreensão de economias em desenvolvimento na América Latina. Partindo de uma aplicação teórica dessa abordagem para analisar as economias políticas da região e procedendo à uma avaliação crítica do sucesso dessa aplicação, a hipótese do presente trabalho é a de que, embora útil para explicar muitos aspectos dessas economias em desenvolvimento, ela é insuficiente e falha na compreensão completa desses capitalismos, sobretudo por não captar o papel preponderante do estado em suas conformações.

Palavras-chave: Economia política, Capitalismo comparativo, Variedades de capitalismo, Análise institucional, Novo estado desenvolvimentista

Abstract/Resumen/Résumé

The Varieties of Capitalism (VoC) approach has been a powerful and influential analytical instrument of the older literature on comparative capitalism. Initially designed for immediate application in developed capitalist economies of the North, it has been used to explain economic and institutional aspects in different contexts. This work raises the question about the adequacy and sufficiency of this approach to understand the developing economies in Latin America. Starting from one of the theoretical applications of this approach to analyze the political economies of the region and proceeding to a critical evaluation of the success of such application, the hypothesis of this study is that, while useful to explain many aspects of these developing economies, it is insufficient and flawed regarding its complete understanding, mainly because it fails to capture the state's leading role inside these mode of capitalism.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Political economy, Comparative capitalism, Varieties of capitalism, Institutional analysis, New developmental state

1 INTRODUÇÃO

Desde sua formulação inicial por Hall e Soskice (2001), a abordagem da Variedades de Capitalismo tem exercido enorme atração e influência nos debates comparativos entre economias políticas capitalistas. Com um escopo original declaradamente restrito aos capitalismos desenvolvidos do Norte, mas com a intenção, também declarada, de constituir um método de análise mais geral aplicável a outros contextos econômicos nacionais, não tardou para que aparecessem numerosos e variados estudos pretendendo aplicação do método a outras realidades econômicas. Em especial, o trabalho de Schneider (2008) recebeu muita atenção, ao somar aos tipos ideais de economias de mercado liberal (LMEs) e economias de mercado coordenado (CMEs) um terceiro tipo novo, específico das economias da América Latina – economias de mercado hierárquico (HMEs).

Essa contribuição de Schneider servirá como ponto de partida para avaliar a adequação da lente de análise oferecida pela VoC para compreensão de capitalismos diferentes dos apresentados pelos países da OCDE. Analisando os méritos e deméritos dessa contribuição, será possível investigar quais os problemas da abordagem quando aplicada isoladamente no contexto econômico latino-americano. Fundamentalmente, esses problemas derivam da premissa analítica fundamental da VoC, que é seu foco na concepção relacional da empresa (e seus problemas de coordenação estratégica institucionalmente inseridos) como fator decisivo para a conformação geral da economia como um todo.

Para processar a questão levantada nesse trabalho – *a abordagem da VoC é adequada e suficiente para explicar as economias da América Latina?* – recorre-se a alguns apontamentos críticos à abordagem, especificamente dirigidos ao que chamei de premissa fundamental de seu método (a perspectiva microeconômica do comportamento da firma como elemento-chave para a economia política). Elaborando e articulando esses apontamentos críticos, encaminharei a hipótese levantada de que, ainda que útil na iluminação de aspectos até então menosprezados por lentes de análise tradicionais focadas em agregados macroeconômicos, é insuficiente e falha na compreensão completa desse tipo peculiar de capitalismo em desenvolvimento. A abordagem da VoC, nesse ambiente, carece de complementação por abordagens que partam de análises macroeconômicas e deem conta do papel e modos de atuação fundamentais do estado, elemento amplamente negligenciado pela VoC.

O corpo do trabalho busca identificar, com suporte teórico relevante, as razões pelas quais o estado é elemento fundamental nas economias políticas da América Latina e,

paralelamente, os motivos pelos quais a abordagem da VoC é incapaz de captar e explicar esse papel tão importante. A conclusão a que se chega é no sentido da confirmação fundamentada da hipótese, porque a premissa fundamental da abordagem, por estar presa ao olhar racional e individual da firma e seus problemas de coordenação institucionalmente mediados, não permite a mudança de enfoque para adotar a perspectiva do estado e suas motivações internas.

Em seguida, estão dispostas mais quatro seções. Na segunda, cuida-se de descrever os contornos essenciais da abordagem da VoC, nos termos de seus proponentes. Adota-se uma descrição econômica, apenas no sentido da necessidade para encaminhar o argumento em torno da hipótese. Na terceira seção, debruça-se sobre um modelo de aplicação dessa abordagem no contexto econômico da América Latina, na obra de Schneider (2008). Na quarta, esboça-se uma crítica que aponta insuficiências e falhas dessa aplicação da abordagem nos países em desenvolvimento na região. Na quinta, esforço-me por trazer evidências para justificar os motivos pelos quais o papel do estado é, efetivamente, de relevância central nessas economias, contando com a ajuda preciosa do próprio Schneider (1999), desta feita em vestes macroeconômicas (TRUKEK *et al*., 2012; SCHAPIRO, 2013; ARBIX; MARTIN, 2010; EVANS, 2008). Na sexta, faço um apanhado geral a título de conclusão, buscando confirmar a hipótese do trabalho.

2 VARIEDADES DE CAPITALISMO ENQUANTO FERRAMENTA ANALÍTICA

A abordagem ou Escola das Variedades de Capitalismo tem exercido, desde sua formulação original por Hall e Soskice (2001), ampla influência nos estudos de economia política comparativa, com abertura de novas frentes e temas de pesquisa, e aplicações que vão muito além do âmbito original previsto: reconhecer dois diferentes tipos ideais de capitalismo nos estados desenvolvidos da OCDE. O que tornou possível esse espraiamento da abordagem da VoC são seus pressupostos analíticos e metodológicos, que podem ser apropriados e aplicados em contextos diferentes dos inicialmente previstos. Por isso mesmo, é oportuno olhar mais de perto quais são os contornos básicos dessa nova lente de análise para depois retirar insights acerca de seu poder explicativo no contexto específico dos capitalismos contemporâneos, sobretudo da América Latina.

A Escola das Variedades de Capitalismo insere-se dentro do quadro mais geral dos estudos de capitalismo comparativo, preocupados com as diferenças entre instituições econômicas e políticas entre diferentes países. Os próprios formuladores da abordagem

(HALL; SOSKICE, 2001) reconhecem que sua proposta se esforça em compreender as semelhanças e diferenças institucionais de economias desenvolvidas (como outras abordagens), porém com novas ferramentas de análise que melhor explicam as realidades e os problemas dessas economias políticas. No plano teórico, portanto, a VoC oferece um modelo alternativo de capitalismo comparativo com a pretensão de superioridade em relação a três abordagens dominantes da segunda metade do Século XX: a teoria da modernização; a abordagem neocorporativista e; a abordagem do sistema social de produção.

Sem entrar nos detalhes dessas abordagens alternativas, a novidade e o caráter distintivo da VoC é a centralidade da empresa enquanto agente econômico individual que busca seus interesses racionalmente. A VoC é, nesse sentido, uma abordagem de economia política centrada nos atores individuais e que considera a empresa o agente crucial das economias capitalistas, cujas atividades e ajustes frente à mudança tecnológica e competição internacional impactam os níveis gerais de performance econômica (HALL; SOSKICE, 2001). Além de atribuir o papel-chave às firmas individuais na análise das diferentes economias políticas, a VoC adota uma concepção relacional de empresa, pela qual a empresa busca desenvolver e explorar competências e capacidades na produção e distribuição de bens ou serviços por meio de relações internas com seus trabalhadores e relações externas com outros atores individuais (fornecedores, clientes, colaboradores, sindicatos, acionistas, associações e governo).

Porque esse conjunto de capacidades centrais e dinâmicas da empresa é, em última instância, dependente da qualidade das relações que estabelece internamente e com outros atores externos, os problemas da empresa são fundamentalmente de coordenação. Seu sucesso e prosperidade depende de sua habilidade em coordenar eficientemente essas relações com variados atores. Hall e Soskice (2001) concentram sua análise em cinco esferas de relações estratégicas da empresa - cada qual com seus problemas de coordenação - que são fundamentais para que desenvolva suas competências centrais. Essas esferas de relações são as seguintes:

a) Industriais, nas quais o problema para a empresa é coordenar a relação com sua força de trabalho no tocante às negociações salariais e de condições de trabalho;
b) Educação e treinamento vocacional, na qual o problema para a firma é garantir força de trabalho com habilidades adequadas;
c) Governança corporativa, na qual a empresa busca financiamento e os investidores retorno a seus investimentos;

d) Inter-firmas, nas quais a empresa estabelece relações com outras empresas, especialmente com seus fornecedores e clientes;
e) Empregatícias, na quais a empresa busca garantir que seus empregados tenham as competências necessárias e que possam cooperar para alcançar seus objetivos.

De acordo com essa perspectiva, as economias políticas capitalistas podem ser comparadas tendo como base a maneira pela qual as empresas resolvem os problemas de coordenação que enfrentam nesses cinco feixes de relações estratégicas. Partindo desse parâmetro, Hall e Soskice (2001) concebem dois tipos ideais de capitalismo, capazes de captar as economias políticas desenvolvidas em maior ou menor grau. Em síntese, distingue-se entre economias de mercado liberal e economias de mercado coordenado. Dentro do primeiro grupo estão as economias capitalistas que coordenam suas atividades por meio de hierarquias internas e arranjos de mercado, num contexto de trocas de bens e serviços com competição e contratação formal. O mecanismo de coordenação por excelência é o sistema de preço, cujos sinais são usados pelas firmas para decisões de alocação de recursos. No outro polo, nas economias de mercado coordenado as empresas resolvem problemas de coordenação e desenvolvem competências através de interação estratégica com outras firmas e atores, com recurso a modos de coordenação para além do mercado, como monitoramento baseado em informações privadas dentro de networks; maior confiança em relações de colaboração em substituição a relações de competição; dependência de contratos relacionais e incompletos que requerem cooperação entre firmas.

Em suma, para usar da linguagem da teoria dos jogos, nas economias de mercado liberais as empresas encontram seus resultados de equilíbrio via condições de oferta e demanda num contexto de mercados competitivos, ao passo em que as situações de equilíbrio resultantes das atividades das empresas nas economias de mercado coordenado são alcançadas por interação estratégica com outras empresas e demais atores. Importante frisar que os mecanismos de coordenação clássicos do mercado e da estrutura hierárquica interna (COASE, 1937) são relevantes nos dois modelos: o critério que distingue as formas pelas quais as empresas resolvem seus problemas de coordenação por meio de relações é a menor ou maior incidência de modos de coordenação para além do mercado.

Dada essa diferenciação, Hall e Soskice (2001) argumentam que, em qualquer sistema econômico nacional, as empresas gravitarão em torno daquele modelo de coordenação em que houver maior suporte e apoio institucional. As instituições são importantes pelo suporte que fornecem para as relações que a firma desenvolve para resolver problemas de coordenação. Nas LMEs, a instituição central que permite a coordenação por

meio de instrumentos de mercado é a contratação formal com contratos completos, num contexto de relações comerciais com alta competição entre as empresas. Nas CMEs, vez que as empresas resolvem seus problemas de coordenação através de interações estratégicas, as instituições relevantes serão aquelas que reduzem a incerteza do comportamento de um ator sobre o outro e que permitem compromissos confiáveis entre eles. Tipicamente, incluem-se dentre desse perfil institucional nas CMEs associações empresariais, sindicatos fortes, extensas redes de participação societária cruzada, e sistemas de regulação que promovem o compartilhamento de informações e colaboração.

Assim, é reconhecida uma ligação entre as formas de estratégia empresarial e o contexto institucional da economia; as instituições como que oferecem oportunidades e incentivos às firmas, que então organizam suas atividades para aproveitar essas oportunidades. Os modos específicos com que desenvolvem suas competências centrais estão relativamente vinculados ao panorama institucional da economia política em que atuam. Em outras palavras, diferenças na moldura institucional da economia política geram diferenças sistemáticas no comportamento das empresas em LMEs e CMEs. Essa ponte entre os modos de atuação da empresa e as instituições é de extrema relevância porque, segundo essa lente de análise, as empresas são os atores mais importantes das economias capitalistas, e seu sucesso ou insucesso serão decisivos para a performance econômica global da sociedade. O que está por detrás, portanto, dessa abordagem, é a aplicação de conceitos normalmente empregados para explicar comportamentos num nível microeconômico em problemas de macroeconomia.

No prolongamento de sua abordagem, Hall e Soskice (2001) desenvolvem o conceito de complementaridade institucional, segundo o qual uma instituição pode ser considerada complementar à outra quando sua presença na economia política aumenta os retornos da outra, ou se um incremento em sua eficiência leva a um incremento da eficiência da outra. Essa ferramenta permite estabelecer relações de mútuo apoio e de recíproca sustentação entre as instituições, o que leva a reforçar as diferenças entre os modos de coordenação das empresas ao longo das LMEs e CMEs. A atuação conjunta de instituições que suportam certos tipos de estratégias de atores econômicos pode desencadear mecanismos de *path dependence* (PRADO; TREBILCOCK, 2009), o que vincula de maneira ainda mais forte as atividades da empresa a um certo modo de coordenação. Outra chave de análise proposta por Hall e Soskice (2001) é a da vantagem comparativa institucional, cuja ideia básica é a de que a estrutura institucional de uma economia política pode propiciar vantagens locais para empresas se engajarem em determinadas atividades econômicas.

Essa breve e insipiente reconstrução da abordagem das Variedades de Capitalismo, nos termos propostos por seus elaboradores originais, basta para o propósito do trabalho. O que é central enfatizar é que, nas palavras de Hall e Soskice (2001, p. 33):

> Embora muitas das nações desenvolvidas possam ser classificadas como economias de mercado liberal ou coordenado, o foco dessa análise não é simplesmente identificar esses dois tipos, mas esboçar uma abordagem que possa ser usada para comparar muitos tipos de economia. Em particular, estamos sugerindo que pode ser proveitoso considerar como as empresas coordenam seus empreendimentos e analisar as instituições da economia política a partir de uma perspectiva que questione qual tipo de suporte oferecem para diferentes tipos de coordenação, mesmo quando as economias políticas em questão não correspondam aos dois tipos ideais que acabamos de esboçar. (tradução nossa, grifo nosso).

Não há dúvida de que a abordagem da VoC pode ser usada como lente de análise ou método para avaliação e comparação de diferentes capitalismos, ainda que fora do escopo inicial das economias desenvolvidas do Norte e diversos dos dois tipos ideais inicialmente delineados. O que permanece para além da contribuição substantiva de Hall e Soskice (2001) é uma proposta analítica de perceber que toda economia política apresenta capacidades institucionais específicas para coordenação que condicionam o modo como as empresas desenvolvem suas competências em relações estratégicas, sendo a empresa o ator central para explicar o desempenho econômico global. Não por acaso, assiste-se a uma aplicação ampla e variada da VoC em variadas matérias e contextos, o que só se explica pelo legado analítico que deixou.

O que passo a considerar na sequência é uma dessas aplicações da abordagem além dos limites da economia desenvolvida do Atlântico Norte.

3 VARIEDADES DE CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

Schneider (2008) reconhece que a abordagem da VoC oferece inovações teóricas e conceituais que podem ser úteis se aplicadas às bases institucionais dos capitalismos na América Latina. Em sua travessia rumo aos países em desenvolvimento, Schneider explicitamente preserva a lente de análise focada no papel fundamental da empresa dentro do sistema econômico e em sua dimensão relacional como fator-chave para explicar seus esforços de coordenação. Justificando a atinência à empresa como ator central para compreensão do capitalismo latino-americano, Schneider (2008, p. 3) entende que:

> A visão de mundo a partir do olhar da empresa, característica das análises das 'variedades de capitalismo', oferece um corretivo útil a outras perspectivas, que ou deduzem o comportamento da firma, ou o tratam de modo secundário e mecânico em reação a outras forças. E, na prática, o que emergiu nos países em desenvolvimento no despertar das reformas orientadas ao mercado dos anos 1980 e 1990 não é desenvolvimento a partir do estado nem a partir do mercado, mas desenvolvimento a partir da empresa. (tradução nossa).

Mantendo-se, então, dentro da abordagem da VoC, Schneider (2008) identifica uma "nova" variedade de capitalismo, típica dos países em desenvolvimento da América Latina, que ele classifica como economias de mercado hierárquico. Sua análise ressalta quatro características centrais dessas economias políticas: (i) grupos empresariais diversificados; (ii) empresas multinacionais; (iii) força de trabalho com baixa qualificação; (iv) relações de trabalho atomizadas. Schneider (2008) entende que essas quatro características essenciais, focadas na governança corporativa da empresa e nas relações de trabalho, cobrem muito daquelas cinco esferas de relações estratégicas propostas por Hall e Soskice (2001).

O traço distintivo que faz com que as HMEs constituam, para Schneider (2008), uma espécie distinta e singular de capitalismo, são os laços de hierarquia que passam a ser o elemento-chave que explica os diferentes modos e estratégias com os quais as empresas buscam acessar capital, trabalho e tecnologia. Vínculos hierárquicos, dentro de cada um daqueles cinco conjuntos de relações estratégicas da empresa, geralmente substituem ou atenuam as relações de mercado ou de coordenação salientes nas LMEs e CMEs. Schneider passa, então, a discorrer sobre cada um dos quatro elementos centrais das HMEs, identificando com detalhe em quais aspectos se encontram as relações de hierarquia e identificando, em sequência, complementaridades institucionais (nesse caso, negativas, com consequências adversas para o desenvolvimento das capacidades centrais da empresa e da economia como um todo).

O que nos interessa mais de perto é saber se a lente de análise da Voc é realmente adequada o suficiente para explicar o tipo de economia política presente na América Latina em desenvolvimento. Ainda que a abordagem microeconômica centrada no individualismo metodológico da empresa (como ator central da economia como um todo) possa lançar luz sobre importantes aspectos do desempenho econômico das nações e das relações entre os comportamentos das organizações e os suportes e incentivos vindos das instituições, entendo que a abordagem da Voc subestima e relega a segundo plano um componente indispensável para explicar esse tipo específico de economia política: o papel proeminente do estado na condução e promoção das atividades econômicas, especialmente tendo em vista a meta de desenvolvimento.

O próprio Schneider, em muitos outros trabalhos, realça o papel central que o estado tem na conformação geral dessas economias e na importância de mecanismos de colaboração entre estado e classe empresarial. Sem recorrer por ora a esses trabalhos, ainda no interior de sua aplicação da abordagem da VoC ao contexto latino-americano, Schneider, a título de conclusão, não ignora que:

> Finalmente, num nível mais teórico, um foco na hierarquia facilita a incorporação de fatores como o estado e empresas multinacionais, que têm sido tão prevalentes na maioria dos países com desenvolvimento tardio, e ainda tão ausentes na maioria das análises das variedades de capitalismo [...]. Ainda que a visão com olhar na firma tenha algumas vantagens sobre perspectivas estatistas anteriores, o estado raramente está fora de visão na América Latina (SCHNEIDER, 2008, p. 24, tradução nossa).

Embora reconheça a hierarquia como uma ponte útil entre os pressupostos analíticos da VoC e a consideração do papel do estado, o real exame dos aspectos e pormenores da função estatal nesses capitalismos não pode se dar nos contornos precisos das Variedades de Capitalismo, sem implicar uma substancial flexibilização – senão abandono – de sua maior premissa teórica: a análise relacional da firma e os modos com os quais lida com os problemas de coordenação em esferas de relações estratégicas. Ou seja, se há o intuito de compreender a fundo qual o papel e os modos de atuação estatal nas economias em desenvolvimento latino-americanas, deve-se afastar o método microeconômico do individualismo metodológico, centrado na firma, e passar a considerar diretamente como, em que medida e por quais instrumentos o estado assume relevância central nesses capitalismos.

Na seção seguinte, discorro sobre alguns apontamentos críticos que tocam exatamente nessa deficiência da abordagem da VoC num contexto de países em desenvolvimento: uma negligência do papel do estado na explicação da economia política. Entretanto, entendo cabível, desde já, um *disclaimer* que poderia ser feito em defesa de Hall e Soskice (2001) quanto à adequação de sua abordagem no contexto latino-americano. Essa defesa baseia-se no fato de que, em primeiro lugar, os mencionados autores enfatizaram repetidas vezes que o foco de sua abordagem eram as nações desenvolvidas do Norte. Em segundo lugar, reiteram que os tipos ideais previstos não esgotavam outros tipos de economia política, eles mesmos antevendo um tipo intermediário denominado de capitalismo mediterrâneo (HALL; SOSKICE, 2001). Por último e principalmente, embora entendam que sua abordagem possa ser aplicada a outras realidades de economia política, em nenhum momento afirmam que essa aplicação possa ser automática, sem ajustes ou revisões parciais,

de modo que não tomaram posição quanto à adequação da abordagem a nenhum contexto especificamente delimitado.

Essa defesa é importante para revelar o teor da crítica que pretendo avançar, qual seja, a de que a abordagem da VoC, com suas premissas analíticas, encontra limites significativos se aplicada às economias políticas na América Latina. Não é uma crítica ou refutação direta à abordagem em si, mas um alerta contra seu uso desavisado em contextos nos quais o estado é ator fundamental para a conformação econômica. A crítica vai no sentido, não da inutilidade da abordagem (ela, de fato, ajuda a entender e explicar muitos aspectos econômicos, mesmo nos capitalismos do Sul), mas de sua insuficiência como lente de análise.

Poderíamos ilustrar o alcance da crítica dizendo que o trabalho de Schneider (2008), se tomado isoladamente, é perspicaz ao entender como laços de hierarquia permeiam as relações da empresa e como estão imbricados institucionalmente, contribuindo para o estágio de desenvolvimento das chamadas HMEs. No entanto, tal trabalho, por se ater aos pressupostos teóricos da VoC, carece de uma abordagem detida das atribuições que o estado exerce nas mesmas economias, o que só pode ser fornecido por outras lentes de análise que derroguem parcialmente o viés individualista da empresa como agente da economia política por excelência. Felizmente Schneider é pródigo em usar essas outras lentes de análise em outros trabalhos, tornando sua visão desses capitalismos mais completa e satisfatória.

Antes de apontar uma dessas lentes complementares de análise, que dá conta da centralidade do estado nas economias políticas latino-americanas, é oportuno esmiuçar um pouco mais o conteúdo da crítica dirigida a abordagem da VoC quando aplicada a esses capitalismos.

4 A INSUFICIÊNCIA DAS VARIEDADES DE CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA

A abordagem da VoC, como visto, coloca a firma no eixo central de análise, explorando o capitalismo a partir do ponto de vista do que entende ser seu ator central – as empresas. Seus pressupostos teóricos combinam fundamentos de microeconomia, inovações da teoria dos jogos aplicadas a relações estratégicas, e institucionalismo histórico, formando uma ferramenta analítica muito útil e paralela a abordagens que se detinham exclusivamente sobre agregados macroeconômicos para explicar o estágio capitalista (HANCKÉ *et al*., 2009). Todavia, a ênfase em elementos microeconômicos e na teoria da escolha racional tem

despertado críticas quanto à atenção quase exclusiva dada à figura da empresa em detrimento do espaço ocupado pelo trabalho e pelo estado.

Hancké *et al*. (2009) identifica três grandes vertentes de críticas ao modelo das Variedades de Capitalismo. Na segunda dessas vertentes, os alvos da crítica são os aspectos constitutivos da abordagem, dentre os quais, não se encontra a figura do estado. Muitos autores concordam que diferentes formas de capitalismo persistem e que estruturas institucionais nacionais contribuem em grande parte para essas diferenças. Entretanto, eles buscam as fontes dessa diversidade de capitalismo, não focando em elementos microeconômicos do comportamento da empresa, mas em elementos de política, história ou cultura. Dentro desse panorama, a abordagem da VoC é criticada no que é considerada sua premissa fundamental (a empresa no nível central de análise).

O movimento dessa crítica não ignora a importância de se considerar as escolhas estratégicas da empresa de um modo geral, mas argumenta que as condições nas quais a empresa opera, em especial a natureza do estado e o papel do direito do trabalho, são igualmente essenciais para entender o mundo capitalista moderno. Sob essa perspectiva crítica, a inovação analítica proposta pela VoC (a visão relacional da firma como centro da análise) tem sido excessivamente enfatizada em detrimento de quadros teóricos mais voltados à macroeconomia, que passam a se preocupar com o retorno da dimensão do estado e do trabalho na análise das estruturas capitalistas (HANCKÉ *et al*., 2009).

Outro problema derivado da premissa fundamental da VoC é o de que o foco de análise nos problemas de coordenação entre as firmas e entre essas e outros atores pode ajudar a entender e melhorar essas interações, mas não capta o problema do conflito distributivo, um dos pontos sensíveis do capitalismo moderno. Ainda que haja eficiência nas relações estratégicas que a empresa mantém para desenvolver suas competências e resolver seus problemas de coordenação, pode continuar a existir problemas e conflitos de distribuição dos produtos econômicos. A lente de análise da VoC não dispõe do instrumental necessário para captar e explicar problemas dessa natureza.

Ebenau (2012) materializa essa vertente crítica à abordagem da VoC, com a vantagem de situá-la no contexto específico que nos interessa, que é o latino-americano. Em sua avaliação, ele aponta três falhas que a análise baseada nas Variedades de Capitalismo gera, se aplicada às HMEs, como feito por Schneider (2008). Dentre esses problemas analíticos da VoC acerca das economias políticas da América Latina, o que nos interessa mais de perto é o primeiro, cuja expressão é a seguinte: “1. Sua confiança em premissas não

qualificadas, funcionalistas e centradas na firma, o que leva à negligência de relações de poderes capitalistas e do papel do estado" (EBENAU, 2010, p. 210, tradução nossa).

Em decorrência da pretensão de Hall e Soskice (2001) de integrar a análise do comportamento da empresa com a análise da economia política como um todo, constrói-se um aparato analítico micro-macro que coloca a empresa como agente econômico decisivo, cujo comportamento é refletido nos resultados socioeconômicos no nível macroeconômico. Todavia, essa visão acaba gerando muitos pontos cegos quando aplicada às economias da América Latina, principalmente em relação à falta de atenção dada ao papel do estado no interior desses capitalismos. Ebenau (2010) não elabora muito seu argumento nesse ponto (sobre o que seria esse papel do estado), resumindo-se a observar que a abordagem da VoC nesse contexto não leva em consideração o papel das empresas públicas e da intervenção regulatória do estado. Ademais, tal abordagem subestima a potencial relevância da ação estatal para as trajetórias futuras dessas economias políticas.

Delimitar o âmbito da crítica à abordagem da VoC, em termos genéricos como proposto por Hancké *et al*. (2009) e em termos específicos de sua aplicação nas economias em desenvolvimento da América Latina (EBENAU, 2010), aponta para a deficiência da abordagem em dar conta do papel do estado nessas economias. É sugerido que a concentração analítica no comportamento microeconômico da empresa acaba por deixar de lado o relevante papel e atuação do estado na conformação macro da economia levando, portanto, à um déficit explicativo da abordagem. Contudo, nenhum dos autores prossegue no argumento com a apresentação mais elaborada do que seria esse papel proeminente do estado nessas economias. Na seção seguinte, pretende-se explicitar as razões pelas quais, de fato, o papel do estado é fundamental nesses capitalismos, confirmando a crítica genérica feita anteriormente.

5 RAZÕES DA IMPORTÂNCIA DO ESTADO NAS ECONOMIAS DA AMÉRICA LATINA

5.1 SCHNEIDER FORA DAS VARIEDADES DE CAPITALISMO

Para explicitar e dar conteúdo à crítica de que a abordagem da VoC, quando aplicada às economias da América Latina, é analiticamente insuficiente por relegar o papel do estado, inicio com um estudo feito pelo próprio Schneider, anterior ao trabalho mencionado acima (2008). Analisar esse trabalho permitirá evidenciar o porquê da insuficiência da VoC e recomendar uma complementaridade entre as abordagens. Como ressaltado anteriormente, a

abordagem da Variedades de Capitalismo traz contribuições muito relevantes no entendimento das economias políticas, mesmo fora do eixo-Norte dos países desenvolvidos. Contudo, uma compreensão mais completa e adequada não pode prescindir de outras lentes de análise macroeconomicamente fundamentadas, que captem o papel do estado e da política nesses capitalismos.

O trabalho de Schneider agora abordado integra a obra de Woo-Cumings *et al*. (1999, p. 276-305) no qual discorre sobre o denominado *desarrollista state* no Brasil e México (nos anos 1930-1980), as duas principais economias da América Latina. A linha condutora de seu argumento é a de que a noção de estado desenvolvimentista assumiu uma particular expressão nesses países e em outros da América Latina, identificando quatro características essenciais do estado e de suas relações com a economia e a política (WOO-CUMINGS *et al*., 1999, p. 278-279, tradução nossa):

> a) Capitalismo político, pelo qual investimentos e lucros dependem de decisões estatais;
> b) Discurso desenvolvimentista dominante, acerca da necessidade de industrialização e da intervenção estatal para promovê-la;
> c) Exclusão política da maioria da população adulta;
> d) Burocracia institucionalizada fraca e fluída, na qual indicações estruturam poder e representação.

Essa conceituação de estado desenvolvimentista deve ser feita "somente por traços do estado e suas relações com a sociedade. Especificamente, o estado desenvolvimentista é caracterizado por uma relação excludente com a política […] e uma estratégia intervencionista de promover a economia" (WOO-CUMINGS *et al*., 1999, p. 279). Através dessa lente de análise, essencialmente macroeconômica e política, e muito distante da concepção central da VoC de ver a firma relacional e suas relações estratégicas como decisiva para o tipo de capitalismo, Schneider entende que nesses países se verifica um capitalismo político. Essa primeira característica fundamental do estado desenvolvimentista é que nos interessa especialmente, porque pode ser contrastada com a concepção de HMEs do mesmo autor quando utilizou a lente de análise da VoC.

Ao elaborar e desenvolver o que seria esse capitalismo político, Schneider ressalta as seguintes características desse tipo de economia política presente no México e no Brasil (WOO-CUMINGS *et al*., 1999, p. 280-282, tradução nossa):

> a) Controle discricionário e generalizado pelo estado sobre alocação de recursos;
> b) Acumulação de capital dependente mais da política que do mercado;

> c) Discricionariedade dos agentes públicos em matéria econômica, com celebração de contratos individuais, realização de empréstimos, isenções fiscais, aprovação de licenças de importação, negociação com empresas multinacionais;
> d) Politização do capitalismo através de investimentos diretos em infraestrutura e em empresas públicas que se refletem no setor privado por meio de contratos;
> e) Grande fatia do investimento total proveniente do estado (aproximadamente 40% no Brasil e México pós-Segunda Guerra);
> f) Controle da indústria de crédito de longo prazo, através de bancos de desenvolvimento;
> g) Outros subsídios e regulações que influenciaram a alocação dos recursos privados;
> h) Lista de controles indiretos sobre fatores econômicos, como barreiras tarifárias e não tarifárias à importação, incentivos fiscais, controle sobre taxas de juros, subsídios de exportação, apoio a preços de gêneros agrícolas, restrições a empresas multinacionais e controle de preços e salários.

Mesmo com todas essas intervenções do estado na economia, esta não deixou de ser capitalista, porquanto a riqueza, propriedades e lucros continuavam em mãos privadas, com o capitalismo sendo o marco para a concepção para as políticas econômicas do estado. O que é imperioso observar é que todos esses elementos do capitalismo político da América Latina não conseguem ser plenamente captados e explicados quando a lente de análise consiste no comportamento da firma enquanto ator relacional institucionalmente inserido – que é a premissa fundamental da VoC. Embora muitos desses elementos sejam mencionados em maior ou menor profundidade (na medida específica em que afetem diretamente os problemas de coordenação da firma) a abordagem da Variedades de Capitalismo não é capaz de, em virtude de seus pressupostos metodológicos, organizar e sistematizar esse conjunto de características que derivam diretamente do papel do estado em economias políticas da América Latina.

Essa avaliação reforça a ideia da complementaridade das abordagens, porque, certamente, um foco exclusivo ou quase exclusivo em agregados macroeconômicos e políticos oriundos do estado certamente não capta e não explica muitos dos elementos econômicos apontados pela VoC (mais ainda se considerarmos suas ferramentas adicionais de complementaridade institucional e vantagem comparativa institucional). Nesse sentido, o cenário ideal consiste em combinar as abordagens e chegar a um resultado que contemple tanto o pressuposto macro quanto micro das economias políticas.

Entretanto, um último argumento poderia salvar a abordagem da VoC da crítica, que seria apontar que o estudo de Schneider (1999) estabelece como marco temporal do *desarrollista state* as décadas de 30 a 80, e que as reformas liberais dos anos 80 e 90, com movimento de retração do estado no ambiente econômico em variadas áreas, teria retirado sua centralidade na composição do sistema capitalista no Século XXI. Para mostrar que esse

último argumento não procede, passo a considerar outras contribuições que enfatizam, ainda no Século XXI, embora com diferenças em relação ao clássico estado desenvolvimentista, a relevância do papel do estado na conformação dos capitalismos das economias em desenvolvimento.

5.2 O NOVO ESTADO DESENVOLVIMENTISTA

Muitos trabalhos têm apontado para a emergência de um novo modelo de estado desenvolvimentista, no interior do qual a economia política capitalista ainda é, embora com contornos distintos, marcada fortemente pela presença e papel do estado. Trukek *et al*. (2012) vincula o advento desse novo estado desenvolvimentista, no Brasil, com novas formas de ativismo estatal, que inclui retomada de política industrial ativa e política social robusta. Nesse novo modelo, o estado continua a desempenhar papel central no conjunto da economia política, mobilizando recursos, estimulando investimentos e promovendo inovação, sem, contudo, lançar mão de medidas que comandem ou controlem o mercado (como nos moldes do tradicional estado desenvolvimentista). Em suma, através de uma política industrial mais ativa, o papel do estado é o de reestruturar a produção e aumentar a competitividade internacional das empresas domésticas, num exercício de estímulo, não de substituição, ao setor privado (TRUKEK *et al*., 2012).

Schapiro (2013) também reconhece o surgimento de um novo tipo de atuação estatal na economia, com o protagonismo renovado na coordenação das estratégias de desenvolvimento com uso de novas ferramentas (estranhas ao modelo, se quisermos, do anterior capitalismo político descrito por Schneider, 1999). A conclusão a que chega é a de que:

> Passados quase dez anos de retomada das políticas industriais no país e contabilizadas novas experiências de intervenção estatal na economia, o reconhecimento de que o Estado passou a ter um papel mais robusto é uma resposta necessária, pelo que traduz do macropanorama de economia política (SCHAPIRO, 2013, p. 7-8).

Essas conclusões enfatizam que a relevância do papel do estado na coordenação econômica persiste, de maneira renovada, no Século XXI, o que reafirma a insuficiência de uma abordagem de VoC para captar e compreender com profundidade esses papéis desempenhados pelo estado. Embora os dois trabalhos agora citados por Trukek *et al*. (2012) e Schapiro (2013) tenham por objeto o contexto mais específico brasileiro, é possível

expandir em parte suas considerações para o panorama mais amplo de outros países da América Latina, que partilham da premência de desenvolvimento.

Nesse sentido, Arbix e Martin (2010) ampliam o campo de incidência desse novo estado desenvolvimentista, observando que, na América Latina pós-2000, muitos governos têm ampliado o escopo e a escala da intervenção estatal na economia, além de alterar os rumos das políticas econômicas. Sua análise toma como ponto de partida a constatação de que um insipiente e novo modelo de estado desenvolvimentista tem tomado forma, com maior ou menor intensidade, em vários estados latino-americanos. Classificam esse novo modelo como "ativismo estatal inclusivo sem estatismo", com a retomada do ponto focal da economia política no estado, sem implicar na atuação *top-down*, dirigista do antigo estado desenvolvimentista.

Uma das novidades desse novo modelo, argumentam, é seu relacionamento com o setor privado, notadamente com as empresas (ARBIX; MARTIN, 2010). Ao invés de tentar impor estratégias de ação específicas às empresas, as iniciativas estatais são guiadas para promover um ambiente de capacitação, com atenção prioritária dada à inovação e tecnologia e a mecanismos de diálogo continuado e associação com as empresas, para possibilitar a ampliação das opções disponíveis para a empresa. Em suma, as intervenções estatais com o propósito de serem mais ajustadoras do que dominadoras do mercado. Novamente, a questão reaparece: uma abordagem vinculada às premissas analíticas da VoC seria capaz de captar e explicar adequadamente todas essas novas atuações estatais relevantes para o capitalismo latino-americano? A hipótese parece ser a mesma: apenas lateral e superficialmente uma análise comprometida com o viés microeconômico da VoC, centrado nos problemas de coordenação da firma em sentido relacional, poderia dar conta desse protagonismo estatal nessas economias políticas.

Gostaria, nesse ponto, de reforçar essa hipótese, analisando mais detidamente qual a natureza, a extensão e os papéis específicos do novo estado desenvolvimentista nas economias políticas com o imperativo de desenvolvimento, dentre as quais se incluem as da América Latina, recorrendo a um trabalho de enorme precisão e profundidade (EVANS, 2008). Evans parte de duas proposições centrais para investigar o estado desenvolvimentista do Século XXI: (i) a de que o estado continuará a desempenhar um papel crucial no crescimento econômico e transformação social; (ii) o sucesso do estado dependerá de mudanças em relação ao tradicional modo de estado desenvolvimentista. Dentro dessa segunda proposição, Evans afirma que o foco estratégico em acumulação de capital para atingir crescimento

econômico e em laços estado-sociedade focados apenas nas relações do estado com elites empresariais não será suficiente.

Evans (2008) considera que mudanças trazidas pela teoria contemporânea do desenvolvimento sugerem que a capacidade do estado terá um papel ainda maior a desempenhar no sucesso das economias políticas em desenvolvimento (em comparação com seu papel no século passado). Por conta dessas inovações no caráter do desenvolvimento (que não serão objeto desse trabalho), o estado assume posição central no conjunto das instituições desafiadas à adaptação. O seguinte excerto expressa bem o papel atribuído por Evans (2008, p. 13) ao estado desenvolvimentista do Século XXI:

> Se o estado desenvolvimentista foi importante para o sucesso econômico no Século XX, ele será mais importante para o sucesso do Século XXI. Novas perspectivas teóricas nos alertaram para as razões subjacentes para a importância crescente do estado. Mudanças históricas no caráter da economia aumentaram a saliência do papel do estado, tornando-o, ao mesmo tempo, mais difícil. (tradução nossa).

Os argumentos específicos para esse incremento no papel do estado nas economias em desenvolvimento têm a ver com os requisitos para acelerar o crescimento econômico. Cabe destacar a necessidade de expandir o acesso ao estoque existente de ideias, aumentado sua utilização efetiva e criando novas ideias adequadas às circunstâncias nacionais, tendo em vista a centralidade da inovação tecnológica para o crescimento econômico. Igualmente importante é a expansão das capacidades humanas através de educação e treinamento que, segundo Evans, não pode ser garantida pelo mercado devido a baixos retornos econômicos. Apenas o engajamento agressivo e eficiente de instituições públicas pode garantir o que é preciso.

Na mesma direção, em matéria de laços entre estado e sociedade, a troca de informações e a implementação de projetos conjuntos continua sendo de importância crítica. Entretanto, a natureza das informações é significativamente mais complexa se comparada com o Século XX e à lógica de acumulação, passando a ter como conteúdo bens intangíveis que requerem conhecimento, não apenas informações quanto à eficiência de investimentos. Além disso, no modelo desenvolvimentista anterior era suficiente que esses laços se concentrassem nas elites industriais detentoras de capital; agora, há necessidade de diálogo com variados setores da sociedade civil, tendo em conta a mudança de paradigma no conceito de desenvolvimento, que passa a ser mais universal na perspectiva de aumento de capacidades dos cidadãos para viver a vida que valorizam (SEN, 1999).

Sem adentrar nas especificidades dos argumentos de Evans, basta-nos mencionar que sua conclusão vai no sentido de que o estado desenvolvimentista do Século XXI deve assumir mais responsabilidade, atingir maior autonomia em relação a elites privadas e construir formas mais complexas e exigentes de inserção (*embeddedness*). Nem as novas teorias do desenvolvimento, tampouco transformações recentes no caráter da economia diminuíram a centralidade do estado enquanto instituição desenvolvimentista (EVANS, 2008). E, como o objetivo de desenvolvimento é marcante para as economias políticas da América Latina, chega-se à conclusão de que o papel do estado, mais do que nunca, constitui variável-chave para entendimento desses tipos de capitalismo.

6 CONCLUSÃO

Iniciei por descrever, na extensão do necessário, a abordagem da Variedades de Capitalismo nos moldes originais propostos por Hall e Soskice (2001). Concentrei atenção naquilo que é sua premissa analítica fundamental: adotar a perspectiva individual e microeconômica da empresa e de suas relações de coordenação como o centro da economia política capitalista. Ressaltei que essa lente de análise trouxe e traz importantes contribuições para o entendimento de variados aspectos no campo do capitalismo comparativo, antes negligenciados por abordagens que relegavam os problemas estratégicos da empresa a segundo plano.

Em contrapartida, sugeri que o enfoque da VoC na empresa enquanto agente racional que enfrenta problemas de coordenação para desenvolver suas competências não é suficiente para explicar adequadamente economias políticas na América Latina, especialmente pelo papel preponderante que o estado teve e ainda tem na estrutura geral de seus capitalismos. Para encaminhar essa hipótese, debrucei-me sobre um exemplo teórico de aplicação das premissas metodológicas da VoC às economias em desenvolvimento da América Latina (com Schneider (2008)), e conclui que, embora lance luz sobre importantes aspectos dessas economias, é incapaz de captar e descrever com profundidade necessária o protagonismo da atuação estatal em sua conformação.

Passo seguinte, procurei elaborar e circunscrever o teor da crítica à abordagem da Variedades de Capitalismo, fazendo ressalvas importantes quanto à permanência de seu mérito, usando como fonte os apontamentos críticos de Hancké *et al.* (2009) e Ebenau (2010). A crítica veiculada na hipótese consiste em afirmar que a abordagem da VoC, com suas premissas analíticas, é útil, mas não suficiente para explicar as economias políticas em

desenvolvimento na América Latina; ela carece de outras lentes de análise complementares, com premissas distintas voltadas aos agregados macroeconômicos, que sejam capazes de compreender e reportar o relevante papel do estado nessas economias, variável que é subvalorizada na VoC.

Para dar ilustração à hipótese crítica, comecei por citar outro trabalho do próprio Schneider (WOO-CUMINGS *et al*., 1999) em que, apegando-se a uma lente de análise distinta da VoC, chegou a conclusões bem dessemelhantes em relação ao caráter geral da economia política da América Latina (Brasil e México como exemplos). Nesse caso, conferiu especial atenção às intensas e múltiplas intervenções estatais na economia, classificando nosso capitalismo de político. Posteriormente, usando da lente de análise da VoC, chamará esse capitalismo de economias de mercado hierárquico, sem, contudo, refutar a importância do estado.

Ensaiei uma possível defesa em favor de Schneider, para justificar sua "troca" de concepção das economias da América Latina (do d*esarrollista estate* para HMEs) tendo em conta as reformas liberais dos anos 80 e 90 e uma eventual retração do papel do estado, ocupado pela empresa enquanto fator-chave da economia política. Mas superei essa defesa, trazendo como suporte contribuições teóricas contemporâneas (Século XXI) que tornam a enfatizar a persistência da centralidade estatal nas economias latino-americanas, ainda que por vias e lógicas de atuação diferentes. Esses foram os casos de Trukek *et al*. (2012), Schapiro (2013), Arbix e Martin (2010) e Evans (2008).

Todas essas contribuições, com argumentos às vezes semelhantes às vezes distintos, chegam ao mesmo termo: a compreensão do ator estado é imprescindível para explicar adequadamente o tipo específico de capitalismo presente na América Latina, marcado pela necessidade de desenvolvimento. Isso posto, parece que houve confirmação da hipótese, vez que pela lente de análise da Variedades de Capitalismo não se consegue captar e explicar adequadamente esse papel central do estado, pois a perspectiva individual e racional da firma que adota deixa o fator estado e seus agregados macroeconômicos na sombra.

7 REFERÊNCIAS

ARBIX, G.; MARTIN, S.B.; CENTER, G. L.S. **Beyond developmentalism and market fundamentalism in Brazil: inclusionary state activism without statism**, In: Workshop on States, Development, and Global Governance. Global Legal Studies Center and the Center for World Affairs and the Global Economy (WAGE). Madison: University of Wisconsin-Madison, 2010.

COASE, R. H. The nature of the firm. **Economica (new series)**, v. 4, Issue 16, p. 386-405, 1937. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1506378>. Acesso em: 05 jul. 2015.

EBENAU, M. Varieties of capitalism or dependency? A critique of the VoC approach for Latin America. **Competition and Change**, v.16, n.3, p. 206-223, 2012.

EVANS, P. **In search of the 21st century developmental State**. The Centre for Global Political Economy. Brighton: University of Sussex, 2008. Working Paper.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. W. (eds): **Varieties of capitalism**: the institutional foundations of comparative advantage. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HANCKE, B. (ed.). **Debating varieties of capitalism**: **a reader**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

PRADO, M.M.; TREBILCOCK, M.J. **Path dependence, development, and the dynamics of institutional reform**. Toronto: University of Toronto Law Journal, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1415040>. Acesso em: 05 jul. 2015.

SCHAPIRO, M.G. A**tivismo estatal e industrialismo defensivo**: instrumentos e capacidades na política industrial brasileira. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

SCHNEIDER, B.R. Hierarchical market economies and varieties of capitalism in Latin America**. Journal of Latin American Studies**, v.41, n.3, p. 553-575, 2009.

_____. **Institutions for effective business-government collaboration**: micro mechanisms and macro politics in Latin America. Massachusetts: Institute of Technology; Inter-American Development Bank, 2013.

SEN, A. **Development as freedom**. New York, NY: Knopf, 1999.

TRUBEK, D.M.; COUTINHO, D.; SCHAPIRO, M. **Towards a new law and development**: **new state activism in Brazil and the challenge for legal institutions**. Madison: Univ. of Wisconsin Legal Studies, 2012. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2144939>. Acesso em: 05 jul. 2015.

WOO-CUMINGS, M. (ed.). **The developmental state**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.